



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



**A REFORMA UNIVERSITÁRIA EM ALAGOAS (1970): UM OLHAR A PARTIR DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DOS CURSOS DE LICENCIATURAS NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.**

Abraão Felipe Santos de Oliveira<sup>i</sup>

Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso<sup>[i]</sup>

Roseane Maria de Amorim<sup>[ii]</sup>

Eixo: Ensino Superior no Brasil

**RESUMO:**

Este artigo é resultado de estudos de um projeto PIBIC financiado pela Universidade Federal de Alagoas. O trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre o documento "Notas históricas da Reforma Universitária" (1972) que aborda parte da história da universidade pouco conhecido pelos atuais universitários e esquecidas nas num armário velho. O contexto histórico que envolve esse documento se deu no regime militar tendo como principal objetivo à modernização em prol do desenvolvimento econômico e controle de segurança contra as manifestações políticas estudantis, pois para os militares as universidades representavam o centro de resistência. Bebemos em Anísio Teixeira o conceito de Universidade como "Casa do Saber" e buscamos nas referências nacionais da História da Educação subsídios para as fundamentações deste trabalho.

**Palavras chaves:** Reformam Universitária, cursos de licenciaturas e UFAL

**RESUMEN:**

Este artículo es el resultado de los estudios PIBIC un proyecto financiado por la Universidad Federal de Alagoas. El trabajo tiene como objetivo analizar el documento "Notas históricas de la Reforma Universitaria" (1972), que aborda parte de la historia de la universidad poco conocida por la universidad actual y olvidada en un viejo armario. El contexto histórico que rodea este documento dio el régimen militar con el objetivo principal de promover la modernización de la economía y la seguridad de las manifestaciones políticas de control en contra del estudiante en cuanto a las universidades militares representan el centro de la resistencia. Teixeira beber en la concepción de la Universidad como "Casa del Conocimiento" y buscar referencias en la historia nacional de becas de educación a las fundaciones de este

trabajo.

**Palabras clave:** Reforma de Universidad, Cursos de Pregrado y UFAL

## **INTRODUÇÃO**

Buscamos aqui discorrer acerca da Reforma Universitária e seus reflexos na Universidade Federal de Alagoas nas décadas de 1970. Destacando suas práticas curriculares nos cursos de licenciaturas ligados a área de ciências humanas. Este é resultado de estudos desenvolvidos pelo projeto "Inventário do acervo dos cursos de licenciaturas em Ciências Humanas da UFAL: um estudo das práticas curriculares escolares (1950-1980)" de validade PIBIC financiado pela mesma instituição em foco de estudo.

Na verdade esta pesquisa tem a intenção de catalogar e elaborar um inventário do acervo relacionado aos cursos de Licenciatura da UFAL entre os anos de 1950 a 1980, assim como, fazer análise desses documentos que se encontram na sala 218 do Centro de Educação, pertencente aos integrantes do grupo Caminhos da Educação em Alagoas. É uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, por buscarmos em aporte teórico em estudos realizados nesta área e documental por nos basearmos nas análises feitas em documentos pertencentes a um acervo histórico da UFAL. Quanto aos recursos metodológicos destacamos a digitalização desses documentos através de câmeras fotográficas e catalogação e a análises por fichas catalográficas. Convém aqui ressaltarmos que os materiais referentes esta pesquisa se encontram disponíveis ao público através do site do grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas<sup>iv</sup>.

O aporte teórico ficou a cargo das referências bibliográficas que forneceu subsídios para elaboração deste artigo: no campo de pesquisa e interpretações de dados por Marc Bloc (2002), para contextualização histórica, Anísio Teixeira (1988), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (1989), Saviani (2008), Paulo Ghiraldelli Jr. (1994) e Arabela Campos Oliver (2002) no contexto Nacional, e no contexto regional Élcio Gusmão Verçosa (1997), assim como as fontes orais.

Para entrarmos numa discussão acerca do processo de modernização na UFAL neste período é importante destacarmos o contexto histórico que envolveu a formulação da universidade propriamente dita no Brasil e em Alagoas como resultado de reformas educacionais que vinham sendo desejadas desde décadas de 1930, baseado nos princípios escolanovista, entretanto, convém ressaltar a importância dessas reformas estaduais que antes de tudo promoveram mudanças significativas nos mais diversos níveis de ensino no início do século XX.

### **1.MACHA E CONTRA MACHAS DO ENSINO SUPERIOR NO BARSIL**

Estudo acerca da história do ensino superior no Brasil nos revela um atraso quanto a sua formulação e implantação, se considerarmos os avanços dos demais países da América Latina. Assim, a história do ensino superior no Brasil se deu num processo lento e tardio. Na Europa, segundo Teixeira (1988), desde o século XIII já possuía 19 universidades. Na América Latina (exceção o Brasil) não foi diferente, "desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal (OLIVER, 2002, p.24).

Em se tratando de Universidade propriamente dita (ensino, pesquisa e extensão), esse atraso foi ainda maior, sendo por muito tempo o ensino superior direcionado para a profissionalização da elite brasileira. A princípio, no período Colonial destacam-se os colégios Jesuíticos os quais formavam a elite para cursar na Universidade de Coimbra em Portugal, como o Brasil se encontrava na condição de colônia qualquer avanço na cultura representava uma tentativa de independência. Anísio Teixeira (1988) afirma que em um

de seus discursos o conde D'eu irá afirmar que o Brasil era uma Nação muito nova, que não precisava de grandes investimentos na educação. Esse discurso estava por trás de toda uma política de dominação e exploração, perdurando por muito tempo na educação deste país chagando a monarquia quando a coroa portuguesa se instala e faz deste sua sede.

Importa lembrar ainda que, mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. Ou seja, "o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional" A partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio (CUNHA, 1980, p. 62).

Conforme podemos perceber no texto de Cunha (1980), o ensino superior no Brasil teve seu início como cursos profissionalizantes em escolas isoladas, direcionadas para elite. Alguns intelectuais brasileiros pensou em construir uma formação superior na perspectiva Alemã e que desenvolvesse ensino, pesquisa e extensão. Esses anseios obtiveram seu auge na Manifesto dos Pioneiros em 1930 e foi concretizada na Reforma de Francisco Campos em 1932, que em outrora promovera reformas de cunho escolanovismo no Estado de Minas Gerais. "Pode se dizer que, pela primeira vez, uma ação planejada visa à organização nacional: as reformas anteriores tinham sido estaduais." (ARANHA, 1996, p. 200)

Os decretos que efetivam a reforma de Campos dispõem de um regime universitário da Universidade do Rio de Janeiro. O novo Estatuto das Universidades Brasileiras propõe a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior. Quanto à formação de professores nestes decretos ele incluía a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, cuja sua função era preparar professores para atuarem no ensino secundário e nas escolas Normais.

Em que pesem as dificuldades, o período da década de 30 foi importante para a criação e organização das universidades. Embora algumas já existissem, resultavam de simples agregação de faculdades, mantendo a concepção acadêmica e dirigida para o espírito da profissão (ARANHA, 1996, p. 201).

De fato, os decretos de Campos deram uma nova orientação, voltada para autonomia didática e administrativa, onde pesquisa e a disseminação de uma cultura em benefício de uma comunidade. A universidade era um castelo com muros altos sem ultrapassá-los, entretanto, nem todos os estados brasileiros tiveram a modernização, sendo a primeira experiência neste espírito a Universidade Estadual de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), influenciada pela presença de professores estrangeiros.

Estas questões se estenderam até os anos de criação da primeira Lei de diretrizes e Bases da educação do Brasil, nos anos 1960 e 1970, período da ditadura militar em que fermentava ideais de uma nova legislação educacional que favorecesse as novas mudanças que faziam alusão aos tempos do "Milagre Econômico" que estava vivenciava o Brasil. Após o acordo do MEC com o USAID, ocorreu a implantação do regime tecnicismo na educação brasileira. "Os velhos princípios de taylorização, presente nas teorias de administração de empresas aninhadas nas cabeças dos teóricos americanos e brasileiros (...) foi implantando a racionalidade, eficiência e produtividade desejadas em qualquer empresa." (Ghiraldelli, 1994, p.170). As reformas educacionais deste período são vistas por alguns estudiosos como época de grandes avanços e legados, porém, afirmamos que as medidas educacionais tomadas nos anos de chumbo foram estratégias de repressão e controle.

## **2.REFORMA UNIVERSITÁRIA E OS CURSOS DE LICENCIATURAS DA UFAL**

Os documentos referentes à Reforma Universitária na UFAL trazem um verdadeiro apanhado de história. Ao assumir a reitoria, Nabuco Lopes inicia uma ruptura, meia que violenta com o sistema de cátedras e, busca implantar uma Reforma Integral na Universidade Federal de Alagoas<sup>v</sup>. Tão sonhada por Anísio Teixeira e concretizada na UNB, descrita em belas palavras a Universidade, propriamente dita, é concebida como a Casa do Saber, onde se faz o saber incitado pela imaginação, e não somente onde há uma simples transmissão de um saber pronto e ultrapassado, com intuito de uma pueril profissionalização.

O primeiro reitor A.C. Simões (1961-1971) da UFAL, priorizou a construção de uma cidade Universitária, do que uma reforma propriamente dita na administração da UFAL, pois o mesmo acreditava que sem um espaço próprio de funcionamento seria impossível de se começar uma Reforma Integral na instituição. Por dez anos a universidade alagoana permaneceu com o antigo regime de cátedras e com a centralização administrativa, com os antigos donos das faculdades isoladas continuaram na direção, e desta forma, a UFAL no início de sua caminhada, teve uma década de política de construção de edifícios públicos, no sentido de que, em outros estados do nordeste como Rio Grande do Norte que já tinha avançado em seus conceitos de Universidade, sendo a UFAL a de menor orçamento das Federais da época, justificando seu atraso.

O contexto de 1964/1985, não se caracteriza somente pelo autoritarismo, mas também pela realização de reformas institucionais na educação que ocorre após longa discussão resultando na lei nº 5.540/68 que se refere à Reforma do Ensino Superior[iii], e na Lei nº 5.692/71 que diz respeito à Reforma de Ensino 1º e 2º graus. Além dessas reformas destaca-se a ênfase nos cursos de pós-graduação, como estratégia dos militares, ocorreu um grande incentivo a iniciativas privadas de ensino superior de caráter meramente prático e a federais ficou com a finalidade de modernizar o Brasil, estimulando a formação em mestrado, doutorado e pesquisas.

Em 1951, são criadas instituições como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A UFAL, logo se faria incluir no Plano de Capacitação da CAPES, no ano de 1972, quando se inicia uma política de expansão e qualificação de seus recursos humanos. É importante destacar, que esse período trouxe para a educação uma nova característica, tecnicista e prática voltada para o controle em massa.

## 2.1 MAS O QUE FOI A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Iniciamos este tópico analisando as falas do Ministro Jarbas Passarinho, para que possamos entender todo o contexto que envolveu as reformas educacionais implantadas no período do regime militar no Brasil.

Não é finalidade principal da educação uma maior produção de mercadorias e serviços, e sim a formação do homem integral, capaz de um **adequado** comportamento econômico, cívico, ético e político.

Devemos desenvolver uma técnica **adequado**, sem importações inviáveis, que poderiam submeter o País a uma subordinação cultural sob a forma de colonização.

Alunos, professores e escola colocavam-se a serviço de um princípio, de uma sistemática, e são considerados despesas de investimento e não de consumo. (Fonte: Jornal do Comércio).

Este discurso ocorreu em 08/08/1970 em Recife. O nome "adequado" aparece por duas vezes nas falas do

ilustre ministro da educação e Cultura do Brasil no período militar, como palavras chaves para justificar o papel da educação. A primeira frase nos remete a reflexão de que homens queriam se formar, no sentido de que a formação integral estava aliada a um bom comportamento no âmbito econômico, cívico, ético e político.

Quanto ao adequado à economia, se tratava de preparar esses sujeitos para o mercado de trabalho, que se tornava cada vez mais concorrido. Sendo necessária uma educação profissional específica baseada na tendência tecnicista. No sentido cívico e ético, a educação deveria formar cidadãos, obedientes a pátria, aceitando o regime que se instalava nesta época. Por fim, políticos, esse conceito chaga ser paradoxo, num período que o povo não tinha nenhuma função eleitoral, porém não se tratava de uma educação política, mas sim um meio de alienação e conformação do regime militar.

Neste caso, encontramos os princípios positivistas que influenciou muitos republicanos, intelectuais, homens que fizeram a história da República Federativa do Brasil. Entretanto, esta influência não se limitou ao regime político, a educação foi o principal alvo desta corrente que via na moral e cívica uma oportunidade para ordem e progresso expressa na bandeira do Brasil. Esta fala do ministro Jarbas Passarinho nos remete a questões que resistiram ao tempo, já dizia Craveiro Costa em 1929, acerca da educação Cívica para formação do cidadão:

Do lar deriva a ideia de Pátria. Em cada família, meninos, existe a miniatura de uma Nação. Pai, mãe, filhos, netos são os membros dessa nação familiar. O pai é o chefe de todos, a autoridade maior, à qual os demais membros da família devem obediência, não por temor, mas pela compreensão da necessidade dessa obediência, para que haja ordem, haja respeito, haja equilíbrio moral. E, autoridade maior, ao pai cabe naturalmente os maiores encargos (COSTA, 2011, p.107).

O civismo deveria levar a obediência, ao amor a sua Pátria, ideologia positiva que, segundo Carvalho (2004), enfatizavam a ideia de pátria, no sentido de que para eles a família (pai), o amor da pátria é o prolongamento do amor materno, denominado "mátria". A cidade era um prolongamento da família, daí o patriotismo e civismo eram coesos. "O sentimento de pátria não se impõe pela lei, desenvolve-se através de longo processo histórico de convivência: "A pátria não se leva na sola dos sapatos, repetia Danton". (idem, 2004, p.63) Neste caso, a educação era o meio mais viável para essa convivência, desde o canto do Hino Nacional, aos livros didáticos e disciplinas, a cultura escolar geral tinha por objetivo formar este cidadão.

A segunda fala, trás outra temática, a influencia ideológica provinda de fora, como é práxis o Brasil importar modelos culturais, educacionais, o ministro atenta ao risco de influencias ideológicas provido de fora. Talvez esta, fala resume o principal objetivo da educação no período militar que via na censura e repressão um instrumento de controle, e qualquer contato com ideias democráticas comprometia o sistema.

Partindo dessa discussão, a Reforma Universitária se tornou um instrumento de controle das massas intelectuais do Brasil. Professores foram perseguido, alunos desapareceu, todo esse dilema foi enredo para a educação superior nos anos de chumbo. A Reforma Universitária aparece da LBB 5540/68 como grande marco da evolução da educação no País, traçando os seus rumos gerais em todos os níveis. Entretanto, o período militar com suas políticas educacionais, pode ser avaliado como paradoxo, no sentido de que a medida de avança no conceito de universidade quebrando com o modelo de Faculdades isoladas, ele persegue, reprime e censura os sujeitos envolvidos no processo educativo.

A Reforma Universitária de 1968, ainda hoje vigente, consubstanciou-se nos governos autoritários pós - 64, no capitalismo excludente monopólio do Estado,

com a presença da tecnoburocracia no seio do bloco do poder. Como reflexo dessa estrutura sócio-econômica de um desenvolvimento baseado na industrialização e na internacionalização da economia, o modelo universitário implantado postulou a modernização da instituição através de princípios de eficiência e racionalização dos meios e da democratização representativa (LEITE e MOROSINI, 1992, p. 246).

A reforma não se deu por boa vontade políticas, existia toda uma necessidade econômica e social. Na década de 50 quando se intensificaram as discussões sobre a reforma universitária, o nome de universidade era usada para intitular as faculdades autônomas públicas, em que eram ligadas a uma reitoria. Na verdade, era apenas um título de cortesia.

A ideia de Universidade propriamente dita, nasceu da conscientização de que o papel da universidade fosse eficiente no processo de desenvolvimento da nação, era necessário passar de uma formação para elite para uma formação de massa, pois era preciso aumentar a preparação do pessoal técnico profissional diversificado para atender o mercado de trabalho, assim como, a universidade tinha a responsabilidade do progresso do país, " deve ser a máquina que puxa o trem"(ALAGOAS, 1972).

Novos olhares foram lançados sobre a função dos cursos superiores para o desenvolvimento do país. O professor Osvaldo Martins Reis, da Universidade Federal de Brasília, dizia numa de suas visitas a Universidade Federal de Alagoas que a Reforma Universitária deve partir de uma "reformulação dos fins e objetivos da universidade". E mais, que deveria ser atentado para o seu papel como agente de transformação e progresso social, suas responsabilidades como consciência crítica, por excelência da nação. Segundo os documentos Notas Históricas da Reforma Universitária (1972), a reforma observava os seguintes princípios, quanto a sua natureza e seus fins:

Autonomia: não no sentido de ser isolada, autonomia aqui envolve sua organização administrativa, seus planos e programas acadêmicos e a disposição de seus recursos financeiros.

Unidade de diversidades: sua organização deve ser como instituição unitária, como uma comunidade de trabalho democrático.

Não deve atuar na política partidária: sem expressar nenhuma feição por um partido, mas discutindo os grandes problemas políticos do país.

Pluralidade de ideológicas: a Universidade deve estar aberta a diversas correntes e formas do saber, bem como, a todos os setores da população.

Comprometimento com a transformação social: isso se daria a través do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Transmissão do saber, a criação do saber e o serviço social.

Obedecendo a estes princípios fundamentais deveria a Universidade se destinar a formação de profissionais qualificados a preservação, interpretação crítica e síntese do saber existentes, a construir o centro, por excelência, da investigação científica. A reforma Universitária pode ser abordada em dois aspectos: Reforma acadêmica e Reforma administrativa.

No âmbito acadêmico a reforma atendia as seguintes mudanças: criação do sistema e departamento, matrícula por disciplina através do sistema de créditos acabando com o sistema seriado. No que diz respeito a parte administrativa, a reforma acadêmica deve ser acompanhada de uma reforma administrativa que lhe sirva de suporte. A reforma administrativa obedece aos seguintes princípios: divisão racional do trabalho e descentralização; delegação de responsabilidades; coordenação de funções.

Enfim, para atingir seus objetivos de segurança e desenvolvimento, os governos militares viam em investimentos nos cursos superiores um ganho no que diz respeito a dificultar a mobilização política dos estudantes. Foi neste contexto que as universidades públicas, considerados por eles centros agitação, sofreram um processo de limpeza ideológica por meio das perseguições de professores. "A importância dada ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros invectivassem a formação de recursos humanos de alto nível, para atender às novas demandas decorrentes do avanço do processo de modernização da sociedade: as universidades públicas foram às escolhidas para atingir esse fim" (OLIVER, 2004, p. 35).

## **2.2 REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFAL: um breve histórico e sua repercussões**

Tomava posse em 1971 o reitor Nabuco Lopes "era General da reserva do Exército Nacional, que comungava com ele os ideais da modernização autoritários em curso no país." (VERÇOSA, 1997, p. 151) Nos primeiros anos de administração de Lopes, foi tomado diversas medidas, com o objetivo de tornar a UFAL moderna, na área acadêmica e administrativa.

Para iniciarmos uma sistematização de ocorrências de mudanças nas áreas acadêmicas e administrativas da UFAL é necessário traçarmos uma discussão acerca do sistema de cátedras e departamentos, pois essa foi à principal transformação que desencadeou todo o processo de mudanças em prol de uma reforma propriamente dita.

O Departamento originou-se da cátedra e foi, por isto, causa e efeito de sua extinção. **Não se ignora que, durante muito tempo, a palavra "cátedra" e os eu equivalente "Cadeira", entre outras acepções notórias, identificavam com o próprio ato docente e, assim, todo professor era necessariamente "catedrático"** (ALAGOAS, 1972 grifo nosso).

O conceito de cadeira está ligado ao sistema de disciplinas, desde os Liceus Imperiais, cada cadeira era ministrada por um único catedrático que passava seu posto para outro catedrático de sua feição. Tempos depois, com o crescimento quantitativo dos novos tipos de mestres, a cátedra foi transformando-se gradualmente em algo coletivo, e adquirindo nítidos contornos de equipe. Delineou-se então o departamento, não como algo diferente que traduzisse uma nova concepção estrutural do ensino superior, mas como uma espécie descentralização com uma organização mais eficaz e prática. Segundo documentos, "o decreto- lei nº 252, de 28 de fevereiro do mesmo ano, instituiu definitivamente o sistema departamental" (ALAGOAS, 1972), após esse decreto promulgou-se logo depois a lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que extinguiu expressamente "a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do país.

A partir desta lei, os departamentos substituíram as antigas cátedras. O exame vestibular deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória. Mesmo em meio a avanços significativos na legislação no que diz respeito à extinção do sistema catedrático, ainda, 1970 ainda encontrava universidades persistindo com o modelo anterior, como por exemplo, a UFAL. Segundo documentos departamento é:

[...] um órgão de ensino e pesquisa que se estrutura para o cultivo de um determinado campo do saber. Como tal, ele reveste um tríplice aspecto: é uma congregação de professores que atuam e deliberam como "objetivos comuns e ensino e pesquisa" (dec.-lei 252/67- art. 2º, § 2º) é um conjunto de "disciplinas afins" (lei 5.540/68 – art. 12, § 3º) (ALAGOAS, 1972).

O departamento surge com objetivo principal de evitar o ressurgimento de cátedras sob a forma de centros, setores, núcleos. O departamento deveria ser um ambiente descentralizado, enfatizando o conceito de indivisibilidade, acabando com o sistema de cátedra (único diretor) e adotando o sistema de colegiado. Podendo ter mais de um professor no sistema de carreira.

A reforma integral na Universidade Federal de Alagoas, não se deu de forma violenta ou isoladamente, existia todo um contexto desde a década de 1930, com o manifesto dos pioneiros, entres os intelectuais que defendia, destaca-se Anísio Teixeira que pretendia construir uma universidade aos moldes da Universidade de Berlim, idealizada e concretizada no início do século XIX por Humboldt. "É na Alemanha, com efeito, que se opera a grande renovação da universidade, voltando a ser o centro de busca da verdade, de investigação e pesquisa (TEIXEIRA, 1988, p. 85). Na Universidade Federal de Alagoas, esse ideal surge em meio a anseios dos estudantes e de professores adeptos ao incentivo a pesquisa, que 1972, apoiados pelo novo reitor, lançaram uma espécie de movimento universitário em prol da Reforma, ocorrendo palestras com professores da UNB[iv], circulação de textos e artigos[v] baseados em conceito, princípios, natureza e fim de reforma, bases reforma universitária integral, entre outras. Temas estes, que embasaram reflexões acerca das Bases para a Reforma Universitária Integral na UFAL.

<b>PRINCIPAIS MUDANÇAS OCASIONADAS PELA REFORMA</b>	
▪	1. Descentralização executiva, com a criação do cargo de vise-reitor e três Pró-reitorias (Reitoria de Assuntos Acadêmicos, de Assuntos Comunitários e de assuntos de Planejamento e Administração);
	1. Reformulação do regimento da reitoria;
	1. Criação do "Plano de Reestruturação da UFAL" destacando a criação da estrutura de departamentos (como unidades básicas) reunidas em Centros (como unidades mais simples).
•	1. Concurso vestibular com pré-opção de curso (resolução nº09/CCEP/71) em 1972;
	1. Matrícula por disciplina e o regime de crédito (resolução 01/CCEP/72);
	1. Houve seleção para auxiliar de Ensino e Concurso para professores Assistentes (resolução nº 15/CCEP/72). Assim como concurso para professores baseados na resolução nº 12; .  4-

No pano da UFAL de 1972, a estrutura ficou dividida em Departamentos (unidades básicas), reunidas em Centros (como unidade mais amplas), aparecendo figuras importantíssimas, como diretores de Centros, chefes de departamentos e coordenadores de colegiados do curso. É importante salientar que o plano de reestruturação do Plano da UFAL contou com a colaboração dos professores Osvaldo Martins Reis (Unb) e o Armando Dias Mendes (UFPa).

**Art. 10-** Os centros serão compostos de Departamentos, resultados da reunião de disciplinas, com vistas a objetivos comuns de ensino e pesquisa.

**Art. 11-** os Departamentos, células básicas da organização universitária, construção, para efeito da organização didático-científica da Universidade, a sua menor fração.

**Art. 15-** A universidade ministrará as seguintes modalidades de cursos: a) Graduação; b) Pós- graduação; c) Aperfeiçoamento e especialização; d) Extensão e outros;

Entre os conceitos que circulavam na UFAL durante o período de anseios reformistas, destaca-se a questão da grade curricular citada pelo professor Oswaldo Reis em 1972, a grade curricular deveria ser flexível, que permitisse uma formação equilibrada, *humanística e científica*, com autonomia de elaboração do seu próprio currículo.

O currículo das carreiras deverá desenhar-se em forma tal que formem parte das mesmas disciplinas de educação geral; as disciplinas **de adestramento** prático e de investigação; as de ação e promoção social e outras que, sem ser propriamente acadêmicas possuem um reconhecimento valor formativo para o estudante, como o são as atividades artísticas, desportivas, etc. (ALAGOAS, 1972. grifo nosso)

Além destas ofertas, o mesmo ressalta importância de fornecer nos últimos anos, um seminário interdisciplinar sobre "Problemas Sócio-Econômicos do Brasil" (Curso de Estudos Brasileiros) que teria por objetivo familiarizar o estudante com os aspectos da problemática nacional (situação educativa, econômica, saúde e nutrição, habitação, comércio exterior, etc.). A formação continuada também foi citada como uma necessidade de oferta pelos programas. Além dos cursos de pós- graduação que veio com muita ênfase neste período. Contudo, nota-se que neste momento a palavra adestramento indica que as práticas curriculares envolviam muito mais a obtenção de informações do que a construção e a relação com o saber pelo próprio contexto histórico que se vivia.

Além disso, quando faz referência ao trabalho interdisciplinar é possível afirmar que são questões que permeavam o discurso e não necessariamente as práticas e as vivências do dia a dia. Até hoje temos enormes dificuldades de implementar práticas curriculares interdisciplinares seja na educação básica seja no âmbito universitário.

Quanto ao currículo e práticas curriculares nos curso de formação de professores, que nos interessa, permanece a concepção de currículo como um conjunto de disciplinas, conforme imposta na formação pedagógica nos Cursos de Pedagogia de Licenciatura contida na resolução nº 9 de 10 de outubro de 1969, ocasionando o acréscimo de três disciplinas:

Art. 01 Os Currículos mínimos dos cursos eu habilitem ao exercício do magistério, em escolas de 2º grau, abrangerão as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: Psicologia da educação-didática- Estrutura e Funcionamento do ensino de 2º grau.

Os Currículos eram revistos anualmente, e os Departamentos enviam as propostas à Comissão de Ensino e Pesquisa, na forma de Plano de Ensino. O Currículo é composto por disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas. Todos os cursos de Licenciaturas deveriam estar estreitamente articulados com o Centro de Educação Pedagógico. Outro importante acréscimo nos cursos de licenciatura está relacionado ao estágio supervisionado. Com a intenção de colocar a teoria na prática, no sentido de habilitação profissional, era obrigatório se desenvolver em situação real no estágio supervisionado, de preferência nas escolas públicas da comunidade. Essa formação pedagógica deveria se dá numa carga horária de um oitavo das horas de

trabalho.

Quanto à qualificação de professores universitário, neste período destaca-se a ênfase no pós-graduação, como um das principais estratégias do regime militar. No artigo 33 da Lei 5.692 / 71, a formação de administradores, planejadores, orientadores inspetores supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós- graduação. Neste caso o curso de pedagogia da Faculdade Educação da UFAL, ministrava esses assuntos em um curso de Supervisão Escolar, onde se ensinava as disciplinas, estatística aplicada à educação, estrutura funcionamento ensino 1º e 2º graus, princípios e metodologia supervisão escolar I, II e III, currículo e programas I e II, medidas educacionais, estágio supervisionado prática de ensino.

Em meio a tantos avanços da UFAL quanto uma universidade propriamente dita, segundo Verçosa (1997), esta chegaria finalmente ao ano de 1980, "já se preparando para comemorar seu vestígio anos de existência, com toda a sua modernização, dispondo dos mecanismos considerados essenciais à sua maior produtividade acadêmica e com um discurso oficial que continuava apontando para o compromisso da instituição com a realidade regional" (idem,p.162).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os documentos referentes à Reforma Universitário na UFAL, intitulados "Notas Históricas da Reforma Universitária (1972)" catalogados e digitalizados pelo projeto de iniciação científica "Inventário do acervo dos Cursos de Licenciaturas em Ciências Humanas da UFAL: um estudo das práticas curriculares escolares (1950-1980)" trazem um verdadeiro apanhado de história acerca de um período pouco conhecido pelos próprios universitários: Reforma Universitário. Ao assumir a reitoria, Nabuco Lopes inicia uma ruptura, meia que violenta com o sistema de cátedras e, busca implantar uma Reforma Integral na Universidade Federal de Alagoas. Tão sonhada por Anísio Teixeira e concretizada na UNB, descrita em belas palavras a Universidade, propriamente dita, é concebida como a Casa do Saber, onde se faz o saber incitado pela imaginação, e não somente onde há uma simples transmissão de um saber pronto e ultrapassado, com intuito de uma pueril profissionalização.

A Lei nº 5540/ 68, depois de muitos debates no Congresso Nacional, foi aprovada e propunha uma Reforma Universitária, que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. O sistema departamental substituiu as antigas cátedras, e aos exames de vestibular deixou de ser eliminatório para classificatório. Assim como, ele instituiu uma das principais características que ainda hoje faz da Universidade uma "Casa do Saber", ao estabelecer sua função de ensino, pesquisa e extensão, além do regime integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições para o desenvolvimento do pós - graduação como das atividades científicas do país.

Podemos notar que a história da Reforma Universitária para ser efetivada e implantada passou um por um logo processo, que implicou numa caminha complexa e cheia de obstáculos. Assim, trabalhos como estes são de extrema importância, para discussões atuais acerca do ensino superior nas instituições pública do Brasil, no sentido de que, com seriedade e competência o trabalho universitário que hoje nós nos baseamos, é um empreendimento difícil, mas imprescindível, processo esse que deverá se entendido e assumido como algo em vive em permanente construção.

## **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, João Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios**; Org. Élcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças Loiola Madeira- Maceió: EDUFAL, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. O golpe na educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, pp.35-81

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. **Universidade no Brasil: a ideia e a prática**. R. Brás. Est. Pedag., Brasília, V. 73, nº 174, maio/ago. 1992.

OLIVER, Arabela Campos. **Histórico da Educação superior no Brasil**. In.: SOARES Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre – Brasil.2002.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set/dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acessado em: 24/07/2012

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1988.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **História do Ensino Superior em Alagoas: verso e reverso**. Maceió: editora EDUFAL,1997.

## REFERENCIA DOCUMENTAL

ALAGOAS. **Notas sobre a Reforma na Universidade Federal de Alagoas**. Maceió, 1972.

---

[i] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas: abraaofelipe@hotmail.com

ii Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas: lilianbarbara.cc@gmail.com

[ii]<sup>i</sup> Professora da Universidade Federal de Alagoas do Curso de Pedagogia Licenciatura: roseane.mda@gmail.com.

[iii]<sup>i</sup> A Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações.

[iv] Destacando a palestra realizada na UFAL no dia 21 de março de 1972, pelo professor Oswaldo Martins Reais, da Universidade de Brasília.

[v] A maioria dos textos eras redigidos pelo chefe do gabinete do reitor Nabuco Lopes (1971-1975) e autor de muitos textos que circularam na Universidade Federal de Alagoas, vulgo José Damasceno Lima.